

Notícias do dia 08 de janeiro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 5

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

"Goiás pode perder, até o ano de 2024, R\$ 6 bilhões"3

DIREÇÃO CONCURSOS - NOTÍCIAS
TCE - GO

Concurso Público Goiás 2022: veja o cenário de oportunidades7

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Servidores do MP-GO vão trabalhar de casa pelos próximos 30 dias9

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE de Goiás adia retorno das atividades presenciais para 25 de janeiro10

PORTAL CATALÃO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Tribunal de Contas de Goiás adia retorno e funciona de forma remota até 25 de janeiro
..... 11

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

"Goiás pode perder, até o ano de 2024, R\$ 6 bilhões"12

"Goiás pode perder, até o ano de 2024, R\$ 6 bilhões"

Katherine Alexandria

O Estado de **Goiás** conseguiu fechar o ano passado com caixa no azul. Porém, em entrevista ao O POPULAR, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, avalia que ainda devem ocorrer muitos desafios. Em balanço sobre o ano de 2021, que finalizou com a adesão de **Goiás** ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ela reforça que resultado positivo só foi possível com efeito da inflação e das transferências federais sobre a receita. Um cenário que mudou especialmente com a previsão de que ocorram cortes que podem somar R\$ 6 bilhões até 2024.

Quais os desafios com o RRF e com o ano eleitoral?

Vou poder fazer concurso público, RRF não impede contratações e aumento de folha. A Lei Complementar 159 anterior às modificações da LC 179 e 181 tinha problemas claros, quem entrasse não poderia fazer aumento de folha e contratação, impossível. Porque há máquina rodando. Isso foi revisto, essa possibilidade existe dentro do plano e colocamos tudo o que queríamos fazer ao longo do tempo e deram "ok" para o plano. Esse plano vai ser revisto obrigatoriamente de dois em dois anos e poderá ser revisto a qualquer tempo que o estado quiser. Não sabemos se vão aceitar o pleito. Esse desafio é normal.

Mas qual o maior desafio?

O maior desafio, que não é bem trazido pelo plano, mas por uma conjuntura que está sendo aventada, é com relação às nossas receitas. Porque há uma possibilidade de **Goiás** perder, até o ano de 2024, R\$6 bilhões. Por decisões do STF ou do Congresso Nacional. Vou citar uma, já ocorreu e vai começar a partir de 2024. A perda de receita de telecomunicação e de serviço de energia elétrica, vamos perder cerca de R\$ 2 bilhões. Outra receita que é possível que perca, R\$ 400 milhões pelo Difal (diferencial de alíquotas entre Estados). O STF declarou inconstitucional o dispositivo do Convênio ICMS 93 de 2015 e disse que teria de ter uma lei complementar, que foi aprovada no Congresso. O grande problema é que o presidente não sancionou no ano passado e os escritórios estão dizendo que precisava de anterioridade e isso vai ser judicializado. Se os

estados perderem, é uma monta de R\$ 9,8 bilhões. Para **Goiás**, R\$ 400 milhões no ano. Outra transitada em julgado é cobrança de ICMS sobre demanda contratada de energia elétrica. Aí eu perco R\$ 25 bilhões ad aeternum. Com inflação, ano que vem aumenta e assim vai. A gente tem outra que faz perder R\$ 1 bilhão a partir de 2023, porque o STF declarou inconstitucional a cobrança de ICMS nas transferência de mercadorias entre estabelecimentos de mesmo titular.

O risco não está nos gastos?

O risco maior de voltar ao desequilíbrio não é que vou ter despesa desenfreada, não calculada. É que a receita vai cair. Como vou ficar com margem fiscal e como vou me ajustar? Isso vai acontecer para todos os estados. Mas para aqueles que estão tentando se ajustar é ainda mais desafiador. Não vou conseguir consolidação fiscal com riscos na receita. Não estou falando daqui a 20 anos. Em dois anos, perco R\$ 2 bilhões e daqui um ano R\$ 1 bilhão na receita. Para este ano é capaz de perder 400 milhões. Esses riscos são muito preocupantes. Se adicionar o fato que tivemos inflação de 10% que não foi colocada inteira no aumento de despesa e ano que vem tem inflação mais ou menos contratada de 5%. É muita incerteza. Não posso me vangloriar de ter superávit em 2021.

Estado fechou o ano no azul?

Os dados a gente ainda não conseguiu fechar, até o final do mês a contabilidade fecha os números. Mas, sim, fechamos positivo. A gente precisa contemporizar o que aconteceu em 2020 e 2021, porque mesmo no período de pandemia nós tivemos transferências federais e também tivemos uma inflação que fez com que as nossas receitas e de todos os estados e da União aumentassem além do que estava sendo previsto. Precisamos contemporizar, porque 2022 não é um ano que vem com boas perspectivas. Temos projeção de PIB só caindo. A inflação, por outro lado, foi muito elevada. No Brasil, em particular, isso foi muito ruim, o câmbio está muito elevado e tem um efeito que a gente chama de pass-through, porque a gente consome bens lá de fora. As commodities aumentaram, os alimentos aumentaram, o brasileiro ficou mais pobre. Então, a gente não pode olhar somente o resultado estanque, porque pode te levar a conclusões errôneas. Tivemos um resultado legal, mas

todos os estados, municípios e a União também tiveram. Mas acho que 2022 é um ano desafiador demais. Por isso, o Plano de Recuperação Fiscal veio em ótimo momento para a gente tentar consolidar o trabalho que fazemos desde 2019.

O quanto 2021 foi melhor?

Você tem um descompasso de receitas e despesas, sempre, quando tem inflação alta. Tivemos um aumento no faturamento das empresas e, conseqüentemente, na nossa na arrecadação. Mas isso não se deu por conta de maior produção, se deu por conta da inflação. Tivemos um suposto aumento de receita que do lado das despesas teremos também essa surpresa.

Esse efeito vem depois?

Vai chegar. Já chegou um pouquinho. Por exemplo, profissional de TI eu não consegui contratar. Primeiro eles sumiram do mercado e os que estavam ali eu tive de fazer uma nova tomada de preços porque o preço que estava, eles não aceitavam. Isso é só um exemplo. Os preços de insumos da Goinfra (**Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes**) aumentaram sobremaneira.

Qual era a meta para o ano?

Eu já sei de antemão que a gente ficou com dinheiro no caixa maior do que o esperado e não tem meta. Simplesmente temos uma programação. Queremos todo mês conseguir pagar os servidores no último dia trabalhado, fazer a transferência dos consignados - coisa que não acontecia -, fazer as transferências aos municípios, aos Poderes, ou seja, cumprir com nossas obrigações com dinheiro do mês. A nossa meta é muito mais adequar o fluxo de caixa. A gente está conseguindo, mas, repara, ainda tenho dívida suspensa, ainda não estou pagando o serviço da dívida, e com isso tenho que começar a incorporar e deixar margem para ir pagando. Então, no Regime de Recuperação Fiscal, tenho quatro grandes vantagens.

Quais são?

A primeira é que com as dívidas suspensas vou ter previsibilidade de pagamento, porque vou ter um escalonamento de pagamento, e com condições boas. É como se tivesse tomando empréstimo com condições muito boas, 30 anos com IPCA mais 4%, da União. Se eu for tentar pegar com qualquer banco, não consigo essas condições. Uma grande vantagem para a sociedade. Quando se tem margem fiscal a gente consegue investir, dar tranquilidade e previsibilidade. Tenho quatro pontos de benefícios no Plano de Recuperação Fiscal e um é esse.

E os outros?

O ponto número dois. Como estou com essa dívida suspensa desde junho de 2019, trabalho firme no ajuste. Isso quer dizer, por exemplo, que meu estoque de precatórios vou conseguir pagar em 2024, que era como previa a primeira lei. Teve uma nova lei que colocou precatório para ser pago até 2029. Eu não pretendo usar este tempo. O ministro Gilmar Mendes permitiu que tivesse dívida suspensa e falou para agir como se estivesse no Plano de Recuperação Fiscal, estou agindo. O meu modus operandi não vai mudar, porque isso foi o que a gente prometeu. Eu tinha 4,6 mil fornecedores sem pagar, foi assim que comecei em 2019. Hoje, devo a menos de 200, não demoro mais para pagar como acontecia. Um dos nossos maiores acertos foi com o **TCE** que nos comprometemos neste ano de 2022 a pagar a vinculação de Saúde não paga no governo anterior. Mais de R\$200 milhões vão ser pagos ao longo do ano para os municípios. Para a Saneago firmamos que vamos transferir uma dívida que o Tesouro tinha, trocou um imóvel, vendeu e vai pagar o restante agora em janeiro e fevereiro. Isso tudo é equacionamento de passivos. Tenho uma dívida de longo prazo e tenho uma de curto, que é gigantesca, eram R\$ 6 bilhões. Estou ajustando e colocando agora a receita dentro da despesa. Tanto é que o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) que encaminhamos tem um ajuste de receitas por despesas em torno de R\$ 37,8 bilhões, que é receita total e despesa total. Pela primeira vez entregamos um PLOA equilibrado e com as emendas impositivas de quase R\$ 387 milhões para serem pagas, com todos duodécimos, com as 13 folhas e compromissos. Mas não consigo além de pagar esse passado todo pagar a dívida consolidada. Por isso é importante. Agora vale a pena fazer a qualquer custo? Não. Por isso o RRF é importante, porque dá condições boas.

Como fica a dívida em dólar?

O terceiro ponto do RRF é a reestruturação da dívida do Banco do Brasil, uma dívida em dólar. Isso aí é impressionante, o Estado contratou essa dívida lá atrás por R\$ 1,5 bilhão, mas atrelado ao dólar. Pagamos até o momento quase R\$ 2 bilhões de amortizações e juros e ainda devo R\$ 2,8 bilhões. Isso é uma condição ruim de pagamento. Quem tomou o empréstimo não teve responsabilidade de ter feito uma proteção cambial.

O que muda com RRF?

Eu já tenho acordo travado com Banco Mundial, há um ano estou fazendo isso. Não sabia se o presidente iria homologar ou não (o RRF). De qualquer forma,

adiantei o trabalho para que em junho de 2022 eu pudesse transformar essa dívida. Do Banco do Brasil para o Banco Mundial. Isso vai dar para o Estado um fluxo adicional de R\$ 800 milhões. Além disso, eu antecipei o pagamento da dívida externa e com ganho de R\$ 50 milhões. Porque estava com a dívida suspensa e vi uma margem para fazer pagamento. Dos quatro pontos de benefícios, por último, é ter previsibilidade das obrigações correntes. Em 2019, fiz investimento na ordem de R\$ 369 milhões, perdi somente para o Acre. Porque não tinha acesso a capital de terceiros, ninguém emprestava e não tinha margem fiscal. Agora começamos a ter margem. No PLOA, está colocado que devemos investir na ordem de R\$ 3 bilhões.

Como devem investir?

Tivemos problema de chuva recentemente no Nordeste goiano e consegui investir R\$ 127 milhões, porque tinha dinheiro e conseguia fazer. Saúde e educação o estado está sendo um dos únicos a fazer a vinculação no nível do pagamento. Normalmente os estados ficam no empenhado ou liquidados. Na educação o mínimo é 25% da base de cálculo, pois gastamos em empenho pago 25,55%. A prioridade do governador é clara, quer investir em educação, porque é isso que entendemos que será o trunfo da mão de obra futura de **Goiás**. Segurança pública também teve grande investimento, mais de R\$ 4 bilhões com equipamentos e não só isso. O Protege, por exemplo, teve aumento de ações. Quando chegamos no governo, tinha na ordem de 20 ações e estamos com 67 ações.

Reflexo da mudança na política de incentivos fiscais?

Sim. Essa alteração ocorreu em 2019. O artigo 2, da Lei Complementar 159, tem oito obrigações que o estado tem de fazer na hora do RRF. Já fizemos todas. Tenho de cumprir com o plano e informar corretamente ao Conselho de Supervisão Fiscal, que vai monitorar se estamos fazendo o que tínhamos estabelecido com os Poderes.

No Rio de Janeiro, o RRF não teve o resultado esperado. O estado deve seguir o plano mesmo com possibilidade de ter flexibilizações?

Podem surgir, mas é tudo conversado com o Conselho e com os Poderes. O Plano não é do Executivo; é do estado. Claro que a maior parte do orçamento é do Executivo, mas de qualquer maneira a gente precisa estar em harmonia para que todos colaborem e eles têm colaborado. Cortaram na carne com 20% do duodécimo.

Ocorreram na pandemia transferências da União que

não devem se repetir.

Foram R\$ 2 bilhões, não aconteceram mais e foram importantes ou não teria condição de pagar a folha, teria tido uma variação negativa nominal. Fez ter variação levemente positiva em termos reais de 3%. Mas daqui a dois anos, em vez de receber, vai me tirar R\$ 2 bilhão. Não sei se tudo isso vai antecipar a discussão de reforma tributária, que já estava acontecendo. Mas na hora que vários Estados começarem a colapsar, por conta dessas receitas que vão sendo perdidas, isso já deveria estar sendo um alerta. Se não tiver reforma, não sei o que nos espera.

O quanto da dívida suspensa já se acumulou?

Acumularam aproximadamente R\$4 bilhões. Mas foram todas refinanciadas por 30 anos. Entro no plano e novamente vão ser refinanciadas na mesma condição. Isso quer dizer que vai chegar no topo de 24,5% em 2027 mais ou menos, porque vou pagando até lá, mas de maneira controlada. O indicador dívida consolidada sobre RCL (Receita Corrente Líquida) continua decaindo. Em nenhum momento, deixei de colocar o olho sobre este indicador, porque esse é da Capag (Capacidade de Pagamento) e quero me tornar Capag B. Essa é minha meta e não ficar ad infinitum no Plano de Recuperação Fiscal. Minha grande mensagem é que o RRF é benéfico para todo mundo em **Goiás** e para a União, porque o Estado vai cumprir com os requisitos e voltar a pagar bonitinho o que precisa. Ninguém fica bem em um ou dois anos, a gente precisa de uma consolidação. O que o servidor precisa é de previsibilidade de que vai receber em dia e não só neste ano e que quando aposentar tenha a aposentadoria. O Rio de Janeiro é um péssimo exemplo e fizemos coisas diferentes. Muito menos importante é a foto e mais importante é o filme. Fazemos as coisas com calma, persistência e solidez. A meta de 2022 é conseguir consolidar o que temos feitos nos últimos três anos.

Como equilibrar com a receita? Virão mais privatizações?

A gente tem vendas de imóveis que está dentro do plano, inclusive, tem o IPO da Saneago que tem autorização da Assembleia para fazer. Temos a previsibilidade de que isso vai ser feito em 2024 dentro do plano. A gente está fazendo avaliações ainda e estudos com BNDES e não tem nada resolvido sobre nada. Agora, temos autorização para fazer outras privatizações.

Combate à sonegação também deve contribuir?

Fizemos também investimento em várias tecnologias de inteligência artificial e de antenas ao redor de

Goiás para aumentar a fiscalização inteligente como forma de aumentar a arrecadação e estamos conseguindo. Além da desburocratização do ITCD, que ainda vai surtir efeito, agora o contribuinte informa o quanto deve e, se dentro da inteligência não bater, cai em uma malha fina. É declaratório e facilita a vida do contribuinte que quer pagar o Fisco. Temos estoque de mais de 10 mil processos que pretendemos acabar ainda no meio do ano. Tem a RedeSim para facilitar para o empreendedor. E o ProGoiás, em que eu não tenho de dar canetadas, eu não escolho ninguém e nada. É uma lei de crédito outorgado, se a empresa tiver na formalidade está dentro. Tanto é que tenho recebido muito menos empresários.

Como fica a atratividade?

Não só a gente trouxe o ProGoiás para dar incentivo para novos empresários entrarem, o que de fato está acontecendo, nós fomos proativos. O Fisco goiano conseguiu para o Brasil, pensando nos produtores de biodiesel, uma situação que os produtores não vão perder um centavo com nova regra que saiu do governo federal e a solução partiu da Secretaria da Economia. Estamos de mãos dadas com os empresários.

Alta da gasolina gerou discussão sobre ICMS. Para você o assunto terminou?

A discussão do combustível deve voltar dentro do Conseq, porque havíamos congelado os preços. O governo de **Goiás** perdeu R\$45 milhões, porque a gente entendeu o que estava acontecendo. O preço das commodities e a política de preços da Petrobras faziam com que, mesmo os estados sem fazerem nada, o preço subisse. Mantivemos a base congelada e perdemos de forma consciente. Mas é um problema que não é dos estados.

Eleições ampliam desafios?

Desafios teremos muitos. Temos de entender que é um ano eleitoral que começa a ser poluído por várias discussões e nem todas produtivas. Normal também dentro de uma democracia. O mais importante é ter pessoas dentro do Executivo querendo dialogar e trazer possíveis soluções.

O diálogo mais próximo ao Legislativo é objetivo?

Não tenha dúvida que a minha política é sempre de conversar, porque só não tem solução na vida para uma coisa que é a morte. A gente tem de sentar e conversar. Desde 2019 eu vejo os Poderes todos realmente querendo fazer o melhor. Tivemos pautas difíceis que passaram.

"O risco maior de voltara o desequilíbrio não é que vou ter despesa desenfreada, não calculada. É que a receita vai cair. Como vou ficar com margem fiscal e como vou me ajustar?"

"Eu já sei cie antemão que a gente ficou com dinheiro no caixa maior do que o esperado e não tem meta. Simplesmente temos uma programação"

"A gente está Jazendo avaliações ainda e estudos com BNDES e não tem nada resolvido sobre nada. Agora, temos autorização para fazer outras privatizações"

"Minha grande mensagem é que o RRF é benéfico para todo mundo em **Goiás** e para a União, porque o estado vai cumprir com os requisitos e voltara pagar bonitinho o que precisa"

"Quero me tomar Capag B. Essa é minha meta e não ficar ad infinitum no Plano de Recuperação fiscal"

Site: <https://opopular.com.br/digital/08-janeiro-2022/1o-caderno>

Concurso Público Goiás 2022: veja o cenário de oportunidades

Kamilla Barradas

O estado de **Goiás**, localizado no Centro-Oeste do país, possui um bom panorama de concursos públicos previstos para o ano de 2022. A Universidade Estadual de **Goiás** está com provas marcadas para março e as inscrições começam já em janeiro. Confira nesta matéria a análise completa dessa oportunidade e de outras previstas para os próximos meses. Há detalhes também dos últimos editais. Esteja preparado para concurso público **Goiás** .

Concurso Público **Goiás** 2022: Educação

A Universidade Estadual de **Goiás** está selecionando 94 docentes para atuação no curso de Medicina. Os candidatos devem se inscrever entre os dias 21 de janeiro de 2022 e 21 de fevereiro de 2022 e a prova objetiva está marcada para o dia 20 de março de 2022. As remunerações chegam a R\$ 3.482,59 para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. Confira mais informações no site da UEG.

Concurso Público **Goiás** 2022: Corpo de Bombeiros

O próximo concurso público para o Corpo de Bombeiros do Estado de **Goiás** está autorizado e é previsto para o mês de julho de 2022. São esperadas 140 vagas para o cargo de Soldados e 20 vagas para Oficiais . Ainda não há um cronograma divulgado para as próximas etapas.

O último edital foi divulgado em 2016, ofertando 290 vagas de nível superior de escolaridade, nos cargos de Soldado e Cadete. A validade do certame foi de 16 meses. As remunerações variam de R\$ 2.712,00 a R\$ 14.200. Confira mais informações no edital da seleção pública.

Concurso Público **Goiás** 2022: Polícia Militar

A Polícia Militar do Estado de **Goiás** realizou seu último certame em 2016, organizado pela Funrio , selecionando 2420 para Soldado (nível superior) e 80 para Cadete (Bacharelado em Direito). As remunerações iniciais chegavam a até R\$ 6.046,56.

Um novo concurso para a PMGO já foi solicitado e deve ser divulgado ainda em 2022. A solicitação prevê o preenchimento de 2 mil vagas, sendo 1.900 para o

cargo de soldado e 100 para o cargo de cadete , mas ainda não há informações sobre datas.

Concurso Público **Goiás** 2022: Polícia Civil

A Polícia Civil do Estado de **Goiás** está com edital autorizado para seu próximo concurso público de seleção de 470 vagas, sendo 350 vagas para Agente , 100 para Escrivão e 20 para Papiloscopista . O certame consta no Orçamento de **Goiás** para 2022 e deve ser publicado em breve.

A última seleção pública para suprir as vacâncias da PC **Goiás** foi realizada em 2016 e teve o Cebraspe como banca organizadora. Na época, foram ofertadas 500 vagas divididas entre os cargos de Agente de Polícia Substituto (280) e Escrivão de Polícia Substituto (220). Confira o edital .

Concurso Público **Goiás** 2022: GOINFRA

O próximo certame para a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (GOINFRA) deve ter edital publicado até março de 2022. A informação foi repassada pelo presidente da GOINFRA, Pedro Henrique Sales, com exclusividade à equipe do Direção Concursos. Há expectativa de que sejam ofertadas 10 vagas para o cargo de gestor de engenharia, com salários de R\$ 11,7 mil.

O último edital lançado pela GOINFRA se destinou à contratação temporária de 35 profissionais para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público. A remuneração para todos os cargos será de R\$ 4.665,82, para uma jornada de 40 horas semanais. Os candidatos serão avaliados através de análise curricular e entrevista. Confira o edital .

Concurso Público **Goiás** 2022: SEAD GO

A Secretaria de Estado da Administração também deve ter um novo edital divulgado em 2022. O certame deve selecionar 329 vagas de nível superior nas especialidades de de agrimensura, arquitetura, engenharia, licitações e contratos, entre outras, com salários iniciais de R\$ 4.838,66. A empresa AOCP foi selecionada como banca organizadora. Ainda não há informações sobre cronograma para as próximas etapas nem sobre quais cargos serão ofertados, mas

os vencimentos da pasta variam de R\$ 1.354,82 a 29.591,45.

O último processo seletivo realizado pela SEAD GO ocorreu em 2018. O certame ofertou 19 vagas para Organização das Voluntárias de **Goiás**. Os candidatos foram avaliados através de Prova Objetiva, Análise Curricular e Entrevista. Veja mais informações no edital .

Concurso Público **Goiás** 2022: Cartórios

O Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** selecionou a banca IESES como a organizadora de seu próximo concurso público para provimento em cartórios. Será exigido dos candidatos nível superior em Direito ou 10 anos completos na função no serviço notarial ou registral até a data da publicação do edital.

O último edital foi lançado realizado há 11 anos, em 2008, e ofereceu 50 vagas para os cargos de Tabelião e Oficial de Registro, sob organização da UFG. Foram exigidos conhecimentos nas disciplinas de Direito Administrativo, Constitucional, Civil, Processual Civil, Penal, Processual Penal, Comercial, Tributário e Legislação Especial.

Concurso Público **Goiás** 2022: Ministério Público

O concurso público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto para o MP GO teve as inscrições encerradas em novembro de 2021. São oferecidas 39 vagas para todas as comarcas do estado, com vencimentos iniciais de R\$ 28.884,20, sob organização da FGV. O concurso terá validade de 2 (dois) anos, contados de sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período. Os candidatos serão avaliados através das seguintes etapas: inscrição provisória; prova preambular; provas subjetivas; inscrição definitiva; provas orais; e avaliação de títulos. Confira mais informações e o local para realização de prova preambular no site do MPMGO.

Concurso Público **Goiás** 2022: **Tribunal de Contas do Estado**

Em 2019, foi formada uma Comissão Organizadora , a fim de elaborar estudos sobre o próximo concurso para o **TCE-GO**, porém as atividades não evoluíram devido à situação da pandemia do coronavírus e pela falta de orçamento. No entanto, com o abrandamento da calamidade pública, um novo edital pode ser lançado ainda em 2022. A proposta inicial é que sejam ofertadas cerca de 30 vagas de Analista de Controle Externo .

O último concurso para o cargo, que exige grau superior em área de formação específica para a

função a ser exercida, foi realizado em 2014, sob organização da FCC. Mais informações podem ser obtidas no edital . Confira as oportunidades oferecidas:

Contabilidade - 5 vagas

Engenharia - 5 vagas

Gestão de Pessoas - 3 vagas

Gestão de Conhecimento - 2 vagas

Jurídica - 28 vagas

Orçamento e Finanças - 2 vagas

Planejamento e Desenvolvimento Organizacional - 2 vagas

Tecnologia da Informação - 3 vagas

Administrativa - 5 vagas

SEFAZ GO

O último concurso público para a Secretaria de Fazenda do Estado de **Goiás** está vigente até 2023. O concurso foi homologado em 2018 e ficaria válido até dezembro de 2020. Entretanto, o prazo foi suspenso no período de 23 de outubro de 2019 a 30 de junho de 2020. Há previsão de que 28 aprovados para o cargo de Auditor Fiscal sejam convocados a partir de abril de 2022.

O cargo exige diploma ou certificado de conclusão de curso superior em qualquer área, em nível de graduação, devidamente registrado no Ministério da Educação e as remunerações iniciais chegam a R\$ 20.940,62. Sob organização da FCC, os candidatos foram avaliados através de Prova Objetiva e Avaliação de Títulos. Confira o edital .

A retomada e a publicação de importantes editais já são aguardadas para 2022. São esperadas mais de 236 mil vagas e pelo menos 170 editais.

Para que você saia na frente da concorrência, o Direção e o QConcursos colocaram o preço da Assinatura Ilimitada no chão! Tenha coragem para mudar de vida em 2022. Seja ilimitado!

Site:

<https://www.direcaoconcursos.com.br/noticias/concurso-publico-goias-2022/>

Servidores do MP-GO vão trabalhar de casa pelos próximos 30 dias

O Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) adota, a partir desta sexta-feira (7), a modalidade remota de trabalho por 30 dias. A decisão é do procurador-geral de Justiça, Aylton Flávio Vechi, que publicou ato nesta data por causa do aumento de casos da Covid-19 e Influenza (H1N1 e H3N2).

Segundo a justificativa do ato, "as unidades de saúde começam a apresentar elevação nas taxas de ocupação de leitos, atualmente acima de 55% em UTI, retornando as filas de espera". O texto também cita, como preocupante, a infecção simultânea de Covid-19 e Influenza A.

Assim, "fica autorizada, pelo prazo de 30 dias, a instituição do trabalho remoto para os servidores, colaboradores e estagiários do Ministério Público do Estado de **Goiás**, a critério das respectivas chefias imediatas, que deverá instituir uma escala de revezamento, assegurando, no mínimo, a presença de 50% dos servidores lotados na unidade", escreve o procurador-geral, no ato.

Depois governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado (DEM), prorrogar, no fim de dezembro, a situação de emergência na saúde pública por causa da pandemia da Covid-19, o Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) e o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-GO) adiaram o retorno presencial.

Os órgãos, que voltariam respectivamente as atividades presenciais nesta sexta-feira (7) e na segunda (10), adiaram a volta para 30 dias (o TJ-GO) e 26 de janeiro.

Site: <http://verdevale103.com.br/noticia-1528111171-servidores-do-mp-go-vaio-trabalhar-de-casa-pelos-proximos-30-dias>

TCE de Goiás adia retorno das atividades presenciais para 25 de janeiro

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** adiou o retorno das atividades presenciais dos servidores do órgão, que ocorreria na próxima segunda-feira (10). Em portaria, o **TCE-GO** estendeu até 25 de janeiro o "regime excepcional e preferencial de teletrabalho aos servidores, estagiários e menores aprendizes".

A decisão considera, entre outros fatores, a circulação da variante do vírus Influenza A (H3N2), cujos sintomas podem ser agravados por infecção simultânea à Covid-19. Ainda de acordo com a portaria, os gestores de unidades técnicas deverão atuar de forma presencial, mas somente no período vespertino. Excepcionalmente, outros profissionais podem ser chamados.

Destaca-se ainda que a portaria, emitida nesta sexta (7), pode ser prorrogada ou revista no caso de análise "do Serviço de Segurança, Saúde e Qualidade de Vida, sob coordenação da Gerência de Gestão de Pessoas e da Secretaria Administrativa, levando-se em conta os dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos de controle da Pandemia pelo Coronavírus".

Calamidade prorrogada

A decisão ocorre após o governador de **Goiás** prorrogar, no fim de dezembro, a situação de emergência na saúde pública por causa da pandemia da Covid-19. A medida estendeu a situação de calamidade até 30 de abril deste ano.

Inclusive, o **TCE-GO** não foi o único que suspendeu o retorno presencial neste começo de janeiro. O Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO), por meio de decreto, permitiu aos juízes e diretores de foro a autorizar o regime remoto para o regime presencial continuar com o mínimo necessário ao atendimento ao público por 30 dias, contados de quinta-feira (6). O retorno seria nesta sexta.

Site: <http://verdevale103.com.br/noticia-1528111167-tce-de-goias-adia-retorno-das-atividades-presenciais-para-25-de-janeiro>

Tribunal de Contas de Goiás adia retorno e funciona de forma remota até 25 de janeiro

Por Gabrielle Andrade

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** adiou o retorno presencial de servidores, que ocorreria na próxima segunda-feira (10). Em portaria, o **TCE-GO** estendeu até 25 de janeiro o "regime excepcional e preferencial de teletrabalho aos servidores, estagiários e menores aprendizes".

A decisão considera, entre outras coisas, a circulação da variante do vírus Influenza A (H3N2), que pode ser agravado por infecção simultânea à Covid-19. Ainda de acordo com a portaria, os gestores de unidades técnicas deverão atuar de forma presencial, mas no período vespertino. Excepcionalmente, outros profissionais podem ser chamados.

Destaca-se, ainda, que a portaria, emitida nesta sexta-feira (7), pode ser prorrogada ou revista, no caso de análise "do Serviço de Segurança, Saúde e Qualidade de Vida, sob coordenação da Gerência de Gestão de Pessoas e da Secretaria Administrativa, levando-se em conta os dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos de controle da Pandemia pelo Coronavírus".

Calamidade prorrogada

A decisão ocorre após o governador de **Goiás** prorrogar, no fim de dezembro, a situação de emergência na saúde pública por causa da pandemia da Covid-19. A medida estendeu a situação de calamidade até 30 de abril deste ano.

Inclusive, o **TCE-GO** não foi o único que suspendeu o retorno presencial neste começo de janeiro. O Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO), por meio de decreto, permitiu aos juízes e diretores de foro a autorizar o regime remoto para o regime presencial continuar com o mínimo necessário ao atendimento ao público por 30 dias, contados de quinta-feira (6). O retorno seria nesta sexta.

com informações Mais **Goiás**

Site: <https://portalcatalao.com.br/noticias/tribunal-de-contas-de-goias-adia-retorno-e-funciona-de-forma-remota-ate-25-de-janeiro.phtml>

"Goiás pode perder, até o ano de 2024, R\$ 6 bilhões"

O Estado de **Goiás** conseguiu fechar o ano passado com caixa no azul. Porém, em entrevista ao O POPULAR, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, avalia que ainda devem ocorrer muitos desafios. Em balanço sobre o ano de 2021, que finalizou com a adesão de **Goiás** ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ela reforça que resultado positivo só foi possível com efeito da inflação e das transferências federais sobre a receita. Um cenário que mudou especialmente com a previsão de que ocorram cortes que podem somar R\$ 6 bilhões até 2024.

Quais os desafios com o RRF e com o ano eleitoral?

Vou poder fazer concurso público, RRF não impede contratações e aumento de folha. A Lei Complementar 159 anterior às modificações da LC 179 e 181 tinha problemas claros, quem entrasse não poderia fazer aumento de folha e contratação, impossível. Porque há máquina rodando. Isso foi revisto, essa possibilidade existe dentro do plano e colocamos tudo o que queríamos fazer ao longo do tempo e deram "ok" para o plano. Esse plano vai ser revisto obrigatoriamente de dois em dois anos e poderá ser revisto a qualquer tempo que o estado quiser. Não sabemos se vão aceitar o pleito. Esse desafio é normal.

Mas qual o maior desafio?

O maior desafio, que não é bem trazido pelo plano, mas por uma conjuntura que está sendo aventada, é com relação às nossas receitas. Porque há uma possibilidade de **Goiás** perder, até o ano de 2024, R\$6 bilhões. Por decisões do STF ou do Congresso Nacional. Vou citar uma, já ocorreu e vai começar a partir de 2024. A perda de receita de telecomunicação e de serviço de energia elétrica, vamos perder cerca de R\$ 2 bilhões. Outra receita que é possível que perca, R\$ 400 milhões pelo Difal (diferencial de alíquotas entre Estados). O STF declarou inconstitucional o dispositivo do Convênio ICMS 93 de 2015 e disse que teria de ter uma lei complementar, que foi aprovada no Congresso. O grande problema é que o presidente não sancionou no ano passado e os escritórios estão dizendo que precisava de anterioridade e isso vai ser judicializado. Se os estados perderem, é uma monta de R\$ 9,8 bilhões. Para **Goiás**, R\$ 400 milhões no ano. Outra transitada

em julgado é cobrança de ICMS sobre demanda contratada de energia elétrica. Aí eu perco R\$ 25 bilhões ad aeternum. Com inflação, ano que vem aumenta e assim vai. A gente tem outra que faz perder R\$ 1 bilhão a partir de 2023, porque o STF declarou inconstitucional a cobrança de ICMS nas transferência de mercadorias entre estabelecimentos de mesmo titular.

O risco não está nos gastos?

O risco maior de voltar ao desequilíbrio não é que vou ter despesa desenfreada, não calculada. É que a receita vai cair. Como vou ficar com margem fiscal e como vou me ajustar? Isso vai acontecer para todos os estados. Mas para aqueles que estão tentando se ajustar é ainda mais desafiador. Não vou conseguir consolidação fiscal com riscos na receita. Não estou falando daqui a 20 anos. Em dois anos, perco R\$ 2 bilhões e daqui um ano R\$ 1 bilhão na receita. Para este ano é capaz de perder 400 milhões. Esses riscos são muito preocupantes. Se adicionar o fato que tivemos inflação de 10% que não foi colocada inteira no aumento de despesa e ano que vem tem inflação mais ou menos contratada de 5%. É muita incerteza. Não posso me vangloriar de ter superávit em 2021.

Estado fechou o ano no azul?

Os dados a gente ainda não conseguiu fechar, até o final do mês a contabilidade fecha os números. Mas, sim, fechamos positivo. A gente precisa contemporizar o que aconteceu em 2020 e 2021, porque mesmo no período de pandemia nós tivemos transferências federais e também tivemos uma inflação que fez com que as nossas receitas e de todos os estados e da União aumentassem além do que estava sendo previsto. Precisamos contemporizar, porque 2022 não é um ano que vem com boas perspectivas. Temos projeção de PIB só caindo. A inflação, por outro lado, foi muito elevada. No Brasil, em particular, isso foi muito ruim, o câmbio está muito elevado e tem um efeito que a gente chama de pass-through, porque a gente consome bens lá de fora. As commodities aumentaram, os alimentos aumentaram, o brasileiro ficou mais pobre. Então, a gente não pode olhar somente o resultado estanque, porque pode te levar a conclusões errôneas. Tivemos um resultado legal, mas todos os estados, municípios e a União também tiveram. Mas acho que 2022 é um ano desafiador

demais. Por isso, o Plano de Recuperação Fiscal veio em ótimo momento para a gente tentar consolidar o trabalho que fazemos desde 2019.

O quanto 2021 foi melhor?

Você tem um descompasso de receitas e despesas, sempre, quando tem inflação alta. Tivemos um aumento no faturamento das empresas e, conseqüentemente, na nossa na arrecadação. Mas isso não se deu por conta de maior produção, se deu por conta da inflação. Tivemos um suposto aumento de receita que do lado das despesas teremos também essa surpresa.

Esse efeito vem depois?

Vai chegar. Já chegou um pouquinho. Por exemplo, profissional de TI eu não consegui contratar. Primeiro eles sumiram do mercado e os que estavam ali eu tive de fazer uma nova tomada de preços porque o preço que estava, eles não aceitavam. Isso é só um exemplo. Os preços de insumos da Goinfra (**Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes**) aumentaram sobremaneira.

Qual era a meta para o ano?

Eu já sei de antemão que a gente ficou com dinheiro no caixa maior do que o esperado e não tem meta. Simplesmente temos uma programação. Queremos todo mês conseguir pagar os servidores no último dia trabalhado, fazer a transferência dos consignados - coisa que não acontecia -, fazer as transferências aos municípios, aos Poderes, ou seja, cumprir com nossas obrigações com dinheiro do mês. A nossa meta é muito mais adequar o fluxo de caixa. A gente está conseguindo, mas, repara, ainda tenho dívida suspensa, ainda não estou pagando o serviço da dívida, e com isso tenho que começar a incorporar e deixar margem para ir pagando. Então, no Regime de Recuperação Fiscal, tenho quatro grandes vantagens.

Quais são?

A primeira é que com as dívidas suspensas vou ter previsibilidade de pagamento, porque vou ter um escalonamento de pagamento, e com condições boas. É como se tivesse tomando empréstimo com condições muito boas, 30 anos com IPCA mais 4%, da União. Se eu for tentar pegar com qualquer banco, não consigo essas condições. Uma grande vantagem para a sociedade. Quando se tem margem fiscal a gente consegue investir, dar tranquilidade e previsibilidade. Tenho quatro pontos de benefícios no Plano de Recuperação Fiscal e um é esse.

E os outros?

O ponto número dois. Como estou com essa dívida suspensa desde junho de 2019, trabalho firme no ajuste. Isso quer dizer, por exemplo, que meu estoque de precatórios vou conseguir pagar em 2024, que era como previa a primeira lei. Teve uma nova lei que colocou precatório para ser pago até 2029. Eu não pretendo usar este tempo. O ministro Gilmar Mendes permitiu que tivesse dívida suspensa e falou para agir como se estivesse no Plano de Recuperação Fiscal, estou agindo. O meu modus operandi não vai mudar, porque isso foi o que a gente prometeu. Eu tinha 4,6 mil fornecedores sem pagar, foi assim que comecei em 2019. Hoje, devo a menos de 200, não demoro mais para pagar como acontecia. Um dos nossos maiores acertos foi com o **TCE** que nos comprometemos neste ano de 2022 a pagar a vinculação de Saúde não paga no governo anterior. Mais de R\$200 milhões vão ser pagos ao longo do ano para os municípios. Para a Saneago firmamos que vamos transferir uma dívida que o Tesouro tinha, trocou um imóvel, vendeu e vai pagar o restante agora em janeiro e fevereiro. Isso tudo é equacionamento de passivos. Tenho uma dívida de longo prazo e tenho uma de curto, que é gigantesca, eram R\$ 6 bilhões. Estou ajustando e colocando agora a receita dentro da despesa. Tanto é que o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) que encaminhamos tem um ajuste de receitas por despesas em torno de R\$ 37,8 bilhões, que é receita total e despesa total. Pela primeira vez entregamos um PLOA equilibrado e com as emendas impositivas de quase R\$ 387 milhões para serem pagas, com todos duodécimos, com as 13 folhas e compromissos. Mas não consigo além de pagar esse passado todo pagar a dívida consolidada. Por isso é importante. Agora vale a pena fazer a qualquer custo? Não. Por isso o RRF é importante, porque dá condições boas.

Como fica a dívida em dólar?

O terceiro ponto do RRF é a reestruturação da dívida do Banco do Brasil, uma dívida em dólar. Isso aí é impressionante, o Estado contratou essa dívida lá atrás por R\$ 1,5 bilhão, mas atrelado ao dólar. Pagamos até o momento quase R\$ 2 bilhões de amortizações e juros e ainda devo R\$ 2,8 bilhões. Isso é uma condição ruim de pagamento. Quem tomou o empréstimo não teve responsabilidade de ter feito uma proteção cambial.

O que muda com RRF?

Eu já tenho acordo travado com Banco Mundial, há um ano estou fazendo isso. Não sabia se o presidente iria homologar ou não (o RRF). De qualquer forma, adiantei o trabalho para que em junho de 2022 eu pudesse transformar essa dívida. Do Banco do Brasil

para o Banco Mundial. Isso vai dar para o Estado um fluxo adicional de R\$ 800 milhões. Além disso, eu antecipei o pagamento da dívida externa e com ganho de R\$ 50 milhões. Porque estava com a dívida suspensa e vi uma margem para fazer pagamento. Dos quatro pontos de benefícios, por último, é ter previsibilidade das obrigações correntes. Em 2019, fiz investimento na ordem de R\$ 369 milhões, perdi somente para o Acre. Porque não tinha acesso a capital de terceiros, ninguém emprestava e não tinha margem fiscal. Agora começamos a ter margem. No PLOA, está colocado que devemos investir na ordem de R\$ 3 bilhões.

Como devem investir?

Tivemos problema de chuva recentemente no Nordeste goiano e consegui investir R\$ 127 milhões, porque tinha dinheiro e conseguia fazer. Saúde e educação o estado está sendo um dos únicos a fazer a vinculação no nível do pagamento. Normalmente os estados ficam no empenhado ou liquidados. Na educação o mínimo é 25% da base de cálculo, pois gastamos em empenho pago 25,55%. A prioridade do governador é clara, quer investir em educação, porque é isso que entendemos que será o trunfo da mão de obra futura de **Goiás**. Segurança pública também teve grande investimento, mais de R\$ 4 bilhões com equipamentos e não só isso. O Protege, por exemplo, teve aumento de ações. Quando chegamos no governo, tinha na ordem de 20 ações e estamos com 67 ações.

Reflexo da mudança na política de incentivos fiscais?

Sim. Essa alteração ocorreu em 2019. O artigo 2, da Lei Complementar 159, tem oito obrigações que o estado tem de fazer na hora do RRF. Já fizemos todas. Tenho de cumprir com o plano e informar corretamente ao Conselho de Supervisão Fiscal, que vai monitorar se estamos fazendo o que tínhamos estabelecido com os Poderes.

No Rio de Janeiro, o RRF não teve o resultado esperado. O estado deve seguir o plano mesmo com possibilidade de ter flexibilizações?

Podem surgir, mas é tudo conversado com o Conselho e com os Poderes. O Plano não é do Executivo; é do estado. Claro que a maior parte do orçamento é do Executivo, mas de qualquer maneira a gente precisa estar em harmonia para que todos colaborem e eles têm colaborado. Cortaram na carne com 20% do duodécimo.

Ocorreram na pandemia transferências da União que não devem se repetir.

Foram R\$ 2 bilhões, não aconteceram mais e foram importantes ou não teria condição de pagar a folha, teria tido uma variação negativa nominal. Fez ter variação levemente positiva em termos reais de 3%. Mas daqui a dois anos, em vez de receber, vai me tirar R\$ 2 bilhão. Não sei se tudo isso vai antecipar a discussão de reforma tributária, que já estava acontecendo. Mas na hora que vários Estados começarem a colapsar, por conta dessas receitas que vão sendo perdidas, isso já deveria estar sendo um alerta. Se não tiver reforma, não sei o que nos espera.

O quanto da dívida suspensa já se acumulou?

Acumularam aproximadamente R\$4 bilhões. Mas foram todas refinanciadas por 30 anos. Entro no plano e novamente vão ser refinanciadas na mesma condição. Isso quer dizer que vai chegar no topo de 24,5% em 2027 mais ou menos, porque vou pagando até lá, mas de maneira controlada. O indicador dívida consolidada sobre RCL (Receita Corrente Líquida) continua decaindo. Em nenhum momento, deixei de colocar o olho sobre este indicador, porque esse é da Capag (Capacidade de Pagamento) e quero me tornar Capag B. Essa é minha meta e não ficar ad infinitum no Plano de Recuperação Fiscal. Minha grande mensagem é que o RRF é benéfico para todo mundo em **Goiás** e para a União, porque o Estado vai cumprir com os requisitos e voltar a pagar bonitinho o que precisa. Ninguém fica bem em um ou dois anos, a gente precisa de uma consolidação. O que o servidor precisa é de previsibilidade de que vai receber em dia e não só neste ano e que quando aposentar tenha a aposentadoria. O Rio de Janeiro é um péssimo exemplo e fizemos coisas diferentes. Muito menos importante é a foto e mais importante é o filme. Fazemos as coisas com calma, persistência e solidez. A meta de 2022 é conseguir consolidar o que temos feitos nos últimos três anos.

Como equilibrar com a receita? Virão mais privatizações?

A gente tem vendas de imóveis que está dentro do plano, inclusive, tem o IPO da Saneago que tem autorização da Assembleia para fazer. Temos a previsibilidade de que isso vai ser feito em 2024 dentro do plano. A gente está fazendo avaliações ainda e estudos com BNDES e não tem nada resolvido sobre nada. Agora, temos autorização para fazer outras privatizações.

Combate à sonegação também deve contribuir?

Fizemos também investimento em várias tecnologias de inteligência artificial e de antenas ao redor de **Goiás** para aumentar a fiscalização inteligente como forma de aumentar a arrecadação e estamos

conseguindo. Além da desburocratização do ITCD, que ainda vai surtir efeito, agora o contribuinte informa o quanto deve e, se dentro da inteligência não bater, cai em uma malha fina. É declaratório e facilita a vida do contribuinte que quer pagar o Fisco. Temos estoque de mais de 10 mil processos que pretendemos acabar ainda no meio do ano. Tem a RedeSim para facilitar para o empreendedor. E o ProGoiás, em que eu não tenho de dar canetadas, eu não escolho ninguém e nada. É uma lei de crédito outorgado, se a empresa tiver na formalidade está dentro. Tanto é que tenho recebido muito menos empresários.

Como fica a atratividade?

Não só a gente trouxe o ProGoiás para dar incentivo para novos empresários entrarem, o que de fato está acontecendo, nós fomos proativos. O Fisco goiano conseguiu para o Brasil, pensando nos produtores de biodiesel, uma situação que os produtores não vão perder um centavo com nova regra que saiu do governo federal e a solução partiu da Secretaria da Economia. Estamos de mãos dadas com os empresários.

Alta da gasolina gerou discussão sobre ICMS. Para você o assunto terminou?

A discussão do combustível deve voltar dentro do Conesfaz, porque havíamos congelado os preços. O governo de **Goiás** perdeu R\$45 milhões, porque a gente entendeu o que estava acontecendo. O preço das commodities e a política de preços da Petrobras faziam com que, mesmo os estados sem fazerem nada, o preço subisse. Mantivemos a base congelada e perdemos de forma consciente. Mas é um problema que não é dos estados.

Eleições ampliam desafios?

Desafios teremos muitos. Temos de entender que é um ano eleitoral que começa a ser poluído por várias discussões e nem todas produtivas. Normal também dentro de uma democracia. O mais importante é ter pessoas dentro do Executivo querendo dialogar e trazer possíveis soluções.

O diálogo mais próximo ao Legislativo é objetivo?

Não tenha dúvida que a minha política é sempre de conversar, porque só não tem solução na vida para uma coisa que é a morte. A gente tem de sentar e conversar. Desde 2019 eu vejo os Poderes todos realmente querendo fazer o melhor. Tivemos pautas difíceis que passaram.

Site:

<https://opopular.com.br/noticias/politica/goi%C3%A1s-pode-perder-at%C3%A9-o-ano-de-2024-r-6-bilh%C3%B5es-1.2383402>